



4

ATA Nº. 192

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu no salão nobre engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela. -----

Presidiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes, sendo secretariado por David Fernandes Duarte (1º. Secretário) e Adriana Filipa Carnoto Santos (2º. Secretário), esta convidada para completar a Mesa na ausência do titular, que pediu suspensão do mandato. -----

Presenças: Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Fernando dos Santos Antunes, David Fernandes Duarte, Emídio Domingues, Luís Alberto Fernandes dos Reis, Anabela Faria Mendes Monteiro, Marta Sofia Coelho Ramos, Adriana Filipa Carnoto Santos, Sara Margarida Rasteiro Rodrigues Marmé, Arménio Avelar Luís, Maria Fernanda Mendes Francelino Simões, Januário Pereira Antunes, Olga Sofia Antunes da Silva, João da Paz Pires, e os Presidentes de Junta de Freguesia da Cumieira, do Espinhal, de Podentes e da União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, respetivamente: Fernando Manuel Ferreira Calado, Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos e Maria do Nascimento Rasteiro Marmé. -----

Faltas: Faltou o deputado António Manuel Mendes Lopes, que não foi substituído. -----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Presidente da Câmara e pelos Vereadores, Rafael Cândido Justino Baptista, Rui Manuel Seoane Pereira e Maria do Céu Fânzeres Bogalho. -----

Abertura da Sessão: O Presidente da Assembleia, Fernando dos Santos Antunes, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, os Deputados Municipais e demais presentes. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Dando continuidade à sessão, foi dispensada a leitura da ata da reunião de vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada, por unanimidade dos membros que estiveram presentes na sessão e assinada. Relativamente à ata da reunião extraordinária, realizada em vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, foi a mesma lida em voz alta, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros que estiveram presentes na mesma e assinada. -----

O Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida no período compreendido entre dezembro de dois mil e dezoito e fevereiro de dois mil e dezanove do corrente ano, de acordo com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



disposto a alínea m) do nº 1 do artº. 29º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, realçando alguma de maior importância.-----

De seguida, no período antes da ordem do dia, deu a palavra aos deputados, previamente inscritos, para intervir.-----

----- Tomou a palavra o deputado Emídio Domingos que, cumprimentando todos os presentes, disse pretender apenas deixar duas notas. Viu com atenção a informação enviada pelo Presidente e regozijou-se com algumas informações dadas. Deu os parabéns, sobretudo pelas atividades desenvolvidas pelo Município em parceria com o agrupamento de escolas Infante D. Pedro, nalguns projectos que lhe parece serem de louvar.-----

Perguntou qual o propósito da presença de máquinas de prospeção junto ao muro, em frente à Câmara Municipal.-----

----- A deputada Maria Marmé, cumprimentou a todos e deixou um alerta ao Presidente da Câmara relativamente ao estado em que se encontra a rua de Coimbra, onde há pouco, se "*ía matando*" ao tropeçar numa pedra que se encontra alteada, pedindo que mande arranjar.-----

Ainda sobre a Rua de Coimbra, disse que vai mandar um pedido por escrito, solicitando um estacionamento em frente ao edifício da Junta de Freguesia, pois não têm estacionamento.-----

Na estrada da Silveirinha, os fios do telefone continuam caídos para cima das propriedades das pessoas, que não conseguem aceder às suas terras com os tratores, para as poderem cultivar. Outras há que ainda não têm telefone nem televisão, pelos mesmos motivos o que não se compreende pois a tempestade já ocorreu em outubro. Insistiu junto do Presidente da Câmara para que, junto das entidades competentes, reclame a reparação da situação.-----

A paragem de autocarro dos Vieiros ainda não foi colocada. Devia pensar-se em colocar no local umas bandas de redução de velocidade pois, as crianças que estão na paragem do autocarro são confrontadas com a grande velocidade a que passam os carros. Escreveu para a Estradas de Portugal e não gostou da resposta, pois responderam-lhe que para respeitar as ambulâncias e os carros do INEM não podem colocar ali bandas. Podiam no entanto colocar bandas refletoras para minimizar o perigo.-----

Na estrada dos Vieiros, há sítios onde caiu terra, recentemente, estando a formar-se um buraco por debaixo da própria estrada. Pediu para verem a situação pois está em causa sobretudo a segurança das pessoas.-----

----- A Deputada Marta Ramos, perguntou se a obra feita recentemente no IC3 já foi terminada, pois está marcada a sinalização do piso desconhecendo se se trata de rectificação de sinalização vertical, existindo pinos brancos refletoras caídos no chão, daí a sua dúvida.-----



Acha importante, relativamente ao estacionamento junto ao edifício da Câmara, que o horário, restrito a trinta minutos, deva ser alterado, sobretudo durante o fim-de-semana. Alertou para aquele aspeto pois, enquanto cidadã, tem algum receio de parar depois das dezoito horas, quando tem de ficar mais algum tempo, pois pode haver algum estagiário militar da GNR que lá passe e a autue. -----

----- A Deputada Anabela Monteiro, pediu que a informação do Presidente da Câmara chegasse mais cedo. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, de seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara pedindo-lhe que respondesse às questões colocadas pelos deputados. -----

----- O Presidente da Câmara, começou por cumprimentar a delegação dos Vieiros por terem vindo à sessão, pois o seu motivo valoriza mais o trabalho que deve ser feito nas Assembleias Municipais. Enalteceu a participação do público/cidadãos, pois é por eles que cá estamos, sendo que quando presentes lhes é dada a possibilidade de assistirem e, de viva voz, poderem dizer o que devemos fazer para melhorar a qualidade de vida e resolver os problemas que vêm apresentar. -----

- Referindo-se à intervenção elogiosa do deputado Emídio Domingues, sobre aquele que é o trabalho de quem elabora as atas das reuniões, no caso a secretária que há alguns faz aquele trabalho, aproveitou para, também ele, enaltecer tal trabalho, que por vezes não é valorizado, tratando-se de uma tarefa difícil e por vezes com alguma complexidade, sendo as palavras elogiosas que proferiu devidas e merecidas. -----

- Sobre as atividades com as escolas tem havido um compromisso muito grande e uma interação entre a direção do Agrupamento e a Câmara Municipal, sendo que os programas que se estão a estruturar são feitos em parceria, são discutidos no órgão próprio (Conselho Municipal de Educação) e aprovadas pela direção e pela Câmara Municipal, aproveitando aqueles que são os fundos comunitários. -----

- Sobre as sondagens que estão a acontecer em frente à Câmara Municipal, informou que as mesmas estão a ser feitas por nos preocupar a questão da estrutura do muro bem como a segurança de pessoas e bens sendo que, antes de começar qualquer obra é bom que se saiba o que está por baixo do piso. Os trabalhos consistem numa análise ao solo para perceber a sua composição e, hoje de manhã, foi encontrado muito arenito. O trabalho está a ser realizado pela Itecons, entidade ligada à Universidade de Coimbra, com reconhecidas competência na matéria, para poder fazer tais avaliações. Adiantou que a mesma nos tranquilizou, pois embora o muro careça de ser consolidado não apresenta perigo eminente de ruir. -----

- Sobre a rua de Coimbra concorda que existe ali um problema. O empreiteiro já procedeu a algumas correcções, aos trabalhos efetuados, que ficaram muito longe do grau de perfeição pretendido, situações essas que vão sendo corrigidas. -----



Sobre a placa de estacionamento disse não ter percebido se pretende uma placa de estacionamento exclusiva para junta de freguesia, para o Presidente ou para os munícipes. Perguntou se a mesma seria temporária ou permanente. É que a funcionária da Junta poderia lá por o carro durante todo o dia. Respondeu que, caso seja para os Munícipes, concorda e fará sentido o pedido, desde que limitada no tempo, suficiente para tratar dos seus assuntos. -----

Sobre a Silveirinha e a questão da Telecom informou que a Câmara já reportou a questão da reposição dos cabos, não só na Silveirinha mas para outras zonas afetadas pelo Leslie. Foi também reportado à Anacom pois não faz sentido tal demora. -----

Sobre a questão nos Vieiros informou que a paragem foi encomendada e vai ser instalada, de acordo com as indicações dadas pelo pessoal da aldeia, junto à porta do senhor Joaquim e da senhora Natália. -----

Sobre os muros referiu já ter ido ao local verificar, pois são situações que o preocupam, sobretudo se existe perigo eminente de derrocada ou se está em causa a segurança das pessoas. Está a ser estudada a melhor proposta de solução para a situação e logo que possível ser intervencionada. -----

Sobre a colocação das bandas sonoras explicou que a sua instalação é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, sendo possíveis desde que respeitem o regulamento. -----

Sobre a intervenção do IC3, respondeu que a obra de pavimentação está concluída, mas a Câmara ainda não foi informada. Julga estar ainda prevista uma intervenção, para a consolidação da derrocada junto ao bombeiros -----

- Sobre o estacionamento ao fim de semana não temos registo nem memória do estacionamento. As pessoas têm mais locais para estacionar para além daquele. -----

- Sobre o envio da informação com mais antecedência, respondeu que irá tentar melhorar, para que também as pessoas consigam preparar melhor. Contudo referiu estarem a ser cumpridos os prazos para a sua entrega. -----

ORDEM DO DIA -----

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina: -----

Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município; -----
2. Informação Financeira;-----
3. CTT _ Correios de Portugal. Rede postal e oferta mínima de serviços; -----
4. Transferência de competências para as autarquias locais. Análise preliminar.-----



PRIMEIRO PONTO - Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município: Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que, relativamente à atividade do Município referiu não se querer repetir no que concerne à informação escrita, dando apenas algumas notas mais importantes desde a última assembleia Municipal. Registou algumas estratégias onde o Município está integrado, que se encontram a ser implementadas como o "Inature (que tem a ver com as paisagens protegidas) em que o Município é parceiro, através das Terras de Sicó, sendo o próprio beneficiário daquelas acções através de projectos ligados à conservação da natureza e do património ambiental. -----

Referiu que foi assinado no dia quinze de fevereiro, um protocolo com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas para a criação do gabinete de apoio ao emigrante, que funcionará no balcão Único. -----

Sobre os projetos que estão a ser implementados nas escola, referiu que seria interessante fazer uma visita à escola, para poderem ver como estão a ser implantados, dada a sua importância, não só ao nível da componente pedagógica mas também ao nível da componente familiar e a forma como a escola se tem vindo a aproximar da família. -----

Sobre o Penela Presépio está a ser afinado o relatório final. Foi o melhor ano em termos de receita/visitas também devido ao bom tempo, sendo um evento que está consolidado no concelho. -----

Tivemos a visita do Ministro do Ambiente à Quinta da Cerca, onde veio ver o Programa "Rios" e um conjunto de intervenções feitas no âmbito dos trabalhos realizados das intervenções prioritárias e protecção dos recursos hídricos, derivado dos incêndios florestais. O município de Penela foi o primeiro a acabar tal tipologia de intervenções, daí o senhor Ministro ter cá vindo para ver. -----

Foram realizadas ações de fogo controlado nas faixas de proteção primárias, estando a verificar-se um foco grande na prevenção estrutural e a ser feito muito investimento, na ordem de milhares de euros no País. Na sua opinião seria preferível que o estado expropriasse, por utilidade pública, as faixas junto às estradas Municipais, pois os seus proprietários não podem lá fazer nada, quando compete ao estado a salvaguarda das pessoas e bens. -----

Sobre a vespa velutina referiu existir um plano de acção de controle da situação. Há medida que são identificados os ninhos tentamos resolver a situação em colaboração com os bombeiros, para os exterminar, embora se esteja a tornar impossível dado o aumento exponencial de ninhos de ano para ano. É uma praga incontrolável. -----

- Deu nota do programa de valorização da fileira do queijo da região centro, onde existem apenas três queijos Dop, o da Beira baixa, o do Rabaçal e o da serra da Estrela. Existe uma estratégia para avaliação daqueles queijos, estando a Aprorabaçal - associação local, já está no programa com acesso ao financiamento de oitenta mil euros, que irá procurar implementar nos próximos dois anos. -----





Fizemos uma reunião preparatória na junta de freguesia da Cumeeira, cuja disponibilidade agradeceu, que foi muito participada, com vista à construção de uma zona de intervenção florestal (ZIF), numa área sob o ponto de vista de qualidade de solo a mais pobre do concelho, um projeto conjunto com a associação florestal de Ansião, para constituição de uma zona de intervenção florestal que possamos ter ali uma gestão coletiva de cerca de mil hectares.-----

Deu conta das candidaturas submetidas aproveitando para informar que, o Município de Penela, foi eleito líder do consócio da empresa intermunicipal de resíduos o que significa que, em nome dos municípios que a constituem terá de submeter mais quarenta e oito candidaturas, que se traduzem em cerca de quarenta milhões de euros para os onze Municípios. A propósito da criação da empresa deu conta que a mesma tem sido objecto de apreciação em todas as Assembleias Municipais, tendo-se verificado apenas dois votos contra, o que significa que foi sintomático a unanimidade das Assembleias Municipais. No momento aguarda-se pelo visto do tribunal de contas.-----

- Sobre a questão da transferência de competências para a CIM informou que a mesma não correu bem. Coimbra foi um exemplo disso mesmo pois a Assembleia municipal não aprovou a transferência de competências para a CIM.-----

SEGUNDO PONTO _ Informação Financeira: Mantem-se a nossa capacidade de endividamento e o cumprimento da lei dos compromissos sobre os pagamentos em atraso. "*Boas contas que nós apresentamos*"-----

De seguida, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal dada a palavra aos deputados.-----

----- Usou da palavra o deputado Emídio Domingues, que disse registar com agrado a informação dada sobre a situação financeira.-----

Aproveitou para mostrar a sua satisfação com a proposta do Presidente da Câmara em visitar a escola, sugerindo que se visite a ETP SICÓ, que também faz parte do parque escolar e que muita gente ainda não conhece. Antecipadamente convidou a assembleia para, no início de maio, visitarem a escola, que nessa altura desenvolve um conjunto de atividades, abertas à comunidade local.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

TERCEIRO PONTO - CTT -Correios de Portugal. Rede postal e oferta mínima de serviços: Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que procedesse à apresentação do ponto em epígrafe.-----

O Presidente da Câmara, começou por referir caber à Assembleia Municipal tomar uma posição pública, para de uma maneira geral mostrarmos que estamos unidos. Independentemente da privatização, ou não dos CTT, preocupa-nos o serviço postal. Não queremos saber quem faz o serviço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



mas sim que seja bem feito, com qualidade e que seja garantido para o futuro. Hoje está em discussão a densidade postal. “Eu que raramente concordo com as posições das entidades reguladoras do país e tenho alguma dificuldade em perceber para que servem, de tal forma que, vemos muitas vezes a proximidade que existe entre os concessionários e os reguladores, não se percebendo quem é quem. A verdade é que a posição da Anacom sobre a densidade da rede postal e do serviço que tem de ser mantido é uma posição em que a Câmara Municipal se revê e tomou posição sobre ela e que sobre a pergunta que nos foi feita relativamente a essa matéria gostaria que a Assembleia Municipal concordasse, no sentido de ser garantida e mantida a estação dos correios que hoje temos porque há já trinta e três concelhos do País que não têm estação de correios, tendo sido substituídos por prestadores de serviços que não garantem o mesmo serviço e há dois princípios que têm a ver com a subsidiariedade e a coesão territorial, parecendo que para questões desta natureza todos esquecem que afinal esses princípios existem. Acha que não podemos abdicar do direito que temos, que é ter uma estação de correios e que cumpra o seu papel. -----

As entidades reguladoras e os contratos de concessão têm de ser muito claros, naquilo que é o cumprimento das obrigações e responsabilidades e tem que penalizar quando necessário. É preciso defendermos a manutenção da estação dos Correios em Penela. -----

Após a explicação foi dada a palavra aos deputados. -----

O deputado João Pires, lembrou que há bem pouco tempo foi aprovada pela Assembleia Municipal uma moção contra o encerramento dos postos dos CTT, pronunciando-se por unanimidade sobre o hipotético encerramento da estação dos Correios. Embora seja contra o seu encerramento não sabe, se é pertinente voltarem a aprovar outra moção, quando foi feita uma recentemente. No entanto, todos os munícipes estão certamente contra isso e podemos ficar desconfiados quando uma estação funciona apenas com uma funcionária, podendo levar a crer que está muito perto disso. Há que ter cuidado, é essa a sua opinião. -----

O Presidente da Câmara, respondeu que a informação foi pedida pela Anacom, que está a fazer a avaliação da situação em todos os Municípios. *Teremos que submeter o nosso parecer à Anacom. Na altura foi por nossa auto-criação, antecipando-nos. Agora é uma informação que será remetida à Anacom.* -----

O deputado Emídio Domingues, disse perceber o deputado João Pires naquela que é a sua posição. Contudo a informação chega-nos tão perto da reunião que não a vimos com a devida atenção. Além do mais o documento enviado era extenso mas bem fundamentado, mas não percebeu qual o intuito do ponto, pois não tinha “verbo”, sendo evidente estarmos todos de acordo, pois é um serviço que não deve desaparecer do nosso território. Concorda que seja tomada posição agora, pois terá outro



peso junto das entidades reguladoras, sendo isso o que importa, pois é um serviço que não deverá desaparecer do nosso território. -----

O deputado João Pires, disse ainda parecer-lhe que o parecer da ANACON é genérico e não específico para o concelho, fazendo até algumas críticas. Trata-se de uma análise da Anacom sobre o serviço dos Correios. -----

O Presidente Assembleia Municipal acrescentou que o que aprovamos então foi uma moção, que não estava na ordem de trabalhos. Foi uma tomada de posição política que em nada substitui um tema que passou a estar na ordem de trabalhos e que exige uma deliberação da Assembleia Municipal, vinculando-a. Logo com muito mais importância, daí ser pertinente e voltar a deliberar sobre o assunto. -----

Não havendo mais pedidos para intervir foi o assunto colocado à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal, cujo teor se transcreve. -----

“Proposta -----

De acordo com nota publicada pela ANACOM, na sua página eletrónica, sintetizando o documento que contém os termos da revisão dos objetivos da densidade a rede postal e de ofertas mínimas de serviço, “em 2018, os encerramentos de estações de correios pelos CTT – Correios de Portugal levaram a que tenham subido para 33 os concelhos em Portugal que já não têm estações de correios. Até 2017, e desde 2013, apenas existiam dois concelhos sem estações de correios, nada fazendo prever que o número de concelhos sem estações iria aumentar exponencialmente, como aconteceu. No entanto, de acordo com informação recebida dos CTT em novembro último, é expectável que o número de concelhos sem estações de correio suba para 48 no curto prazo, o que significa que 15,6% do número total de concelhos, onde residem mais de 411 mil habitantes, ficarão sem uma estação de correios. -----

Esta evolução veio condicionar de forma drástica a possibilidade de os utilizadores de um determinado concelho, tanto os cidadãos como as empresas, optarem entre uma estação ou um posto de correios para satisfazer as suas necessidades de serviços postais. O facto de, nos concelhos afetados, localizados esmagadoramente na zona interior do País, os utilizadores apenas poderem fazer uso dos serviços postais disponibilizados em postos de correios não pode, em circunstância alguma, traduzir-se numa degradação da prestação do serviço postal universal que obstaculize a satisfação das necessidades dos utilizadores deste serviço, o qual deve assegurar a satisfação de padrões adequados de qualidade, nomeadamente no que se refere a prazos de entrega, densidade dos pontos de acesso, regularidade e fiabilidade do serviço, em condições de igualdade e não discriminação. -----



Handwritten mark or signature

O impacto desta situação junto das populações e das empresas afetadas explicam a vaga de exposições e interpelações questionando e/ou contestando esta situação, oriundas das autarquias locais, das comunidades intermunicipais, das assembleias legislativas das regiões autónomas, dos representantes dos trabalhadores dos CTT e de todos os partidos da Assembleia da República ou grupos parlamentares.-----

A evolução observada justificou, por outro lado, que a ANACOM tenha efetuado diversas ações de fiscalização a postos de correios, com especial incidência nos concelhos onde deixaram de existir estações de correios, no sentido de aferir as condições em que os serviços postais são prestados, nas quais foi possível observar diferenças relevantes no modo como os serviços postais são prestados em estações e em postos de correios.-----

Os próprios CTT reconhecem diferenças no que respeita à prestação de serviço postais em estações e em postos de correios como é comprovado pelo duplo sistema de certificação implementado pela empresa com recurso a uma entidade externa. De acordo como os dados disponibilizados pelos CTT, referentes ao final de 2017, apesar de estarem certificadas todas as estações de correios então em funcionamento, apenas estavam certificados 204 postos de correios, ou seja, 11% da totalidade dos postos. Acresce que a especificação técnica aplicável aos serviços de atendimento nos postos de correios é menos exigente quanto aos requisitos a cumprir, em comparação com a aplicável às estações. De notar, ainda, que a grande maioria dos postos certificados se localiza no litoral do país, existindo um diferencial das proporções entre postos certificados / postos totais entre o litoral e o interior, havendo no primeiro caso 16,2% dos postos de correios certificados, enquanto no interior apenas 5,3% do total dos postos estavam certificados.-----

Tendo concluído que se verifica um conjunto de circunstâncias excecionais que justifica e torna premente a revisão dos objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços, a ANACOM decidiu intervir no quadro das competências que a lei e o Contrato de Concessão lhe conferem.-----

Os CTT, enquanto empresa concessionária do serviço postal universal, estão obrigados a assegurar o cumprimento de um conjunto de obrigações estabelecidas na lei e no contrato de concessão, de entre as quais se destaca, desde logo, a de assegurar a prestação do serviço postal universal em todo o território nacional, assegurando a sua disponibilidade e qualidade através de um conjunto de pontos de acesso cuja densidade vá ao encontro e corresponda às necessidades dos utilizadores.-----

As bases da concessão estabelecem as obrigações genéricas da concessionária, nomeadamente (i) a de garantir o sigilo e a inviolabilidade dos envios postais, bem como a proteção de dados e a proteção da vida privada em todos os serviços postais prestados, (ii) a de garantir a todas as pessoas a igualdade e a transparência no acesso e na utilização dos serviços concessionados em paridade de

Handwritten mark or signature



condições e (iii) adotar medidas que garantam facilidades de utilização do serviço por parte de utilizadores com necessidades especiais, devendo, designadamente, adequar as estruturas onde esse serviço é prestado de molde a assegurar o seu fácil acesso.-----

As bases da concessão e o contrato de concessão admitem e autorizam a subcontratação de terceiros para efetuar trabalhos e ou prestar serviços que constituam ou se relacionem com as obrigações contratualmente assumidas pela concessionária perante o concedente, estabelecendo, expressamente, que, no caso de intervenção de terceiros nas atividades da concessão, os CTT, enquanto entidade concessionária, mantém os direitos e continua, direta e pessoalmente, sujeita às obrigações decorrentes das bases e do contrato.-----

A intervenção de terceiros na concessão não pode, em qualquer circunstância, pôr em causa a prestação dos serviços concessionados, com observância das exigências de qualidade, igualdade e não discriminação que lhe são impostas pela Lei.-----

Assim, prevendo a concessão que é aos CTT, enquanto entidade concessionária, que cabe decidir qual o tipo de estabelecimento postal que é utilizado para assegurar a prestação de serviços postais à população, cabendo-lhe também decidir sobre a criação e o encerramento de estabelecimentos postais, bem como sobre a alteração dos respetivos horários de funcionamento – observadas as exigências dos objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços fixadas –, é contudo incontornável que as opções feitas pela concessionária não podem, em qualquer caso, implicar uma degradação da qualidade das condições de prestação dos referidos serviços.-----

Considerando o enquadramento aplicável, a ANACOM adotou uma decisão em que determina aos CTT que apresentem, no prazo de 20 dias úteis, uma proposta que complemente os objetivos que se encontram em vigor, tendo como referência que (i) em cada concelho exista pelo menos uma estação de correios ou um posto de correios com características equivalentes às da estação, e que (ii) o referido posto de correios deve observar os seguintes fatores, para satisfação das necessidades de acesso aos serviços postais por parte dos utilizadores dos mesmos:-----

A referida consulta pública sobre o quadro de referência decorre durante 20 dias úteis, até 7 de fevereiro de 2019. Os contributos devem ser enviados para o endereço estacoes-e-postos-de-correios@anacom.pt, apelando a ANACOM a uma intervenção alargada por parte dos vários agentes e intervenientes no mercado.”-----

Atento o teor da comunicação da ANACOM e tendo bem presente que é nos territórios de baixa densidade e com populações mais envelhecidas que mais se faz sentir a necessidade dum serviço público de correios que responda com a eficácia às reais necessidades dos cidadãos.

Privar um concelho, por muito pouca população que tenha, do serviço público de correios a que todos os portugueses têm direito, constitui uma clara violação do princípio da igualdade, mas também do



princípio da subsidiariedade que deve presidir à repartição dos recursos nacionais por todo o território e por todos os cidadãos, independentemente de residirem num grande centro populacional ou numa qualquer aldeia do interior de Portugal.-----

Sendo publicamente reconhecido, quer pela ANACOM, quer pelos próprios CTT, que o nível de serviços prestados nos postos de correios é substancialmente inferior àquele que é disponibilizado nas estações de correios, propõe-se que a Câmara Municipal delibere manifestar a sua frontal oposição a qualquer intenção de encerramento da Estação de Correios de Penela, comunicando à ANACOM que a concessão do serviço deve garantir, a qualquer preço, a existência de uma Estação de Correios em cada concelho do País, território e por todos os cidadãos, independentemente de residirem num grande centro populacional ou numa qualquer aldeia do interior de Portugal.-----

Sendo publicamente reconhecido, quer pela ANACOM, quer pelos próprios CTT, que o nível de serviços prestados nos postos de correios é substancialmente inferior àquele que é disponibilizado nas estações de correios, propõe-se que a Câmara Municipal delibere manifestar a sua frontal oposição a qualquer intenção de encerramento da Estação de Correios de Penela, comunicando à ANACOM que a concessão do serviço deve garantir, a qualquer preço, a existência de uma Estação de Correios em cada concelho do País.-----

À consideração superior.-----

QUARTO PONTO _ Transferência de competências para as autarquias locais. Análise preliminar: Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto em análise.-----

O Presidente da Câmara começou por referir tratar-se mesmo de uma análise preliminar pois a Câmara Municipal ainda não tomou posição sobre as matérias. Havendo a obrigatoriedade da realização da Assembleia Municipal seria pertinente discutir o assunto da transferência de competências, designadamente no domínio de protecção e saúde animal, no domínio da educação, no domínio da cultura e no domínio da saúde.-----

O diploma da transferência das competências na área da educação prevê que o planeamento, gestão e realização de investimentos nos estabelecimentos públicos de educação e ensino na rede pública do segundo e terceiro ciclo do ensino básico e ensino profissional, incluindo a construção, equipamento e manutenção passaria para os Municípios. Além disso existem um conjunto de tarefas que íam sendo asseguradas pelos municípios, como as refeições escolares e os refeitórios, situação que o satisfaz pois era já uma preocupação do Município primar pela qualidade das refeições, querendo que continue a sua qualidade, sendo inegociável que assim não continue a ser. A ação social escolar, a aquisição de bens e serviços (AEC e desporto escolar), o recrutamento e selecção de pessoal não



docente, o alojamento ou transporte aos alunos do ensino básico, as atividades de enriquecimento curricular e promover o cumprimento da escolaridade obrigatória. -----

Mantem-se algumas das competências que já vínhamos assumindo, de diversas formas, mas existem novidades no que respeita ao pessoal não docente, à manutenção e gestão do parque escolar. -----

Na área de saúde os Municípios passam a ter competências para o planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de cuidado de saúde primários e também na sua manutenção e construção. Também na conservação e manutenção de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; na gestão das carreiras de assistente operacional do pessoal inserido no ACES; na gestão de serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS e num conjunto de parcerias estratégicas nos programas de prevenção de doenças, situação que já não nos preocupa. -----

Relativamente ao diploma sobre a proteção e saúde animal passamos a ser responsáveis pelos centros de recolha e alojamento de animais de companhia e a ter responsabilidade no licenciamento dos animais de produção, como a agro-pecuária e na segurança de alimentos. Deu conta que a Câmara tem apenas um veterinário a meio tempo, partilhado com outro Município. -----

Conclui dizendo serem estes diplomas que pretende sejam analisados, gostando de ouvir as posições sobre o assunto, dado tratarem-se de matérias complexas e muito importantes, para os quais deveria existir alguma ponderação na decisão a recair sobre tais matérias. -----

Concluída a apresentação pelo Presidente da Câmara foi primeiramente dada a palavra aos vereadores municipais, ali presentes, que teceram algumas considerações sobre o assunto. -----

Tomou a palavra o Vereador Rafael Baptista, que referiu ter o Presidente dito quase tudo. Temos uma série de competências já atribuídas, ou melhor, tínhamos uma série de tarefas embora não tivéssemos capacidade de decisão no que respeita ao processo educativo, aos equipamentos, infra-estruturação, com exceção do primeiro ciclo. Nos transportes escolares já tínhamos essas competências. Tínhamos algumas competências na gestão dos apoios educativos, no que respeita a acção social escolar, refeições escolares e nas atividades de apoio à família e nas Extra curriculares. As competências que mais nos poderão vir a comprometer, sendo um desafio, são a do pessoal não docente que passarão obrigatoriamente para a responsabilidade da Câmara Municipal embora tenhamos atualmente trinta colaboradoras a funcionar na educação, no agrupamento, nos diferentes espaços educativos e os edifícios escolares com toda a despesa e sua manutenção. O que mais nos preocupa é o envelope financeiro que vem a acompanhar isto assim como a decisão da rede escolar. Também à CIM e aos municípios competirá a decisão da rede escolar. Estas são as nossas preocupações esperando estarmos preparados para dar a resposta. Nunca estaremos se o envelope financeiro não vier ajustado à realidade-----



O Vereador Rui Seoane, pegando na questão do envelope financeiro, também na área da saúde, completamente nova, prevê na área da gestão do património, conservação ou construção e recursos humanos. No envelope financeiro as referências que nos dão são muito interessantes, que vão desde a avaliação do ano do edifício em função disso e dos metros quadrados assim são as tranches que eles prevêem. Também os custos logísticos acha engraçado que são interessantes, “custos hipotéticos”, baseiam-se nas transferências ocorridas nos últimos anos anteriores discriminaram algumas alíneas. Deu o exemplo do zero euros para o sistema avac/aquecimento em que no ano anterior houve zero euros, é verdade não deram nada para o aquecimento pois o pessoal leva aquecimento de casa. É assim que tem estado a ser feita a transferência o que o preocupa pois verifica-se falta de acompanhamento e de informação muito grande. Disse ter há pouco tempo reunião com a ACES-PIN, concluindo-se que, desde já a transferência das competências se traduzem numa dificuldade pois metade dos municípios pertencem a uma CIM e a outra a parte a outra, sendo complicado trabalhar assim. Abordou o Presidente do ACESPin sobre o assunto, nomeadamente sobre a gestão do pessoal, que lhe disse nada saber pois não recebeu nenhuma informação sobre a transferência de competências, daí achar que ainda está muito verde, havendo que fazer uma avaliação, muito cautelosa.-----

O Presidente da Câmara referiu que tal acaba por ser complicado pois, nos últimos anos, tem diminuído drasticamente o investimento para reparação e manutenção nos equipamentos. Verifica-se também um desinvestimento na manutenção e muitas vezes tem sido os municípios a assumir muitas delas. Parece existir aqui algum “maquiavelismo” no tratamento do assunto.-----

Os Municípios e o Governo nunca irão estar de acordo pois os municípios vão querer sempre receber mais e o Governo vai querer dar menos, daí não pretender entrar no campo financeiro.-----

Na área da saúde é uma inovação pois nunca havia ter sido nada a esse nível ao contrário do que se fez na educação, o que o assusta. No momento não se sente confortável para assumir essa responsabilidade, pois não fomos suficientemente esclarecidos. Ainda não tivemos a oportunidade de ver como é que irá processar.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ter sido bom trazer o assunto. É a primeira análise, havendo muito caminho a percorrer no setor. Não é necessariamente para a atual legislatura que isto se vai resolver sendo que, talvez após as eleições o assunto avance mais. É um assunto a tratar com muita cautela sendo que as últimas transferência feitas para os municípios, ainda no seu tempo, foram os transportes escolares, feitos com base em números daquele ano sendo que a partir daquele ano nunca mais o Governo aumentou um “tostão”, aquilo que foi a transferência do pacote financeiro, ou seja, há que ter cuidado com o que se vai receber porque a previsão do encargos



futuros tem de estar contemplada nesse envelope , caso contrario será difícil melhorar as coisas na área da saúde-----

O assunto foi colocado para se pensar nele. É um assunto preocupante para os municípios e normalmente na transferências de competências do Estado para os Municípios há uma tentativa de a fazer depressa pois quanto mais depressa se verem livres da questão melhor. Os Municípios através da Associação Nacional de Municípios e de outras estruturas intermédias têm de ponderar muito bem este assunto para que quando fizermos seja bem feito e com segurança. -----

De seguida deu a palavra aos deputados.-----

O deputado **Januário Antunes**, disse congratular-se com o resumo efetuado pelo Presidente Câmara e entende que é um desafio benéfico para os cidadãos e para o concelho e verificou na reunião do ACESPin, onde esteve presente, que todos os dirigentes estão também com vontade de fazer mais alguma coisa, sabendo que os municípios irão melhorar as sinergias. A vontade do ACES é a vontade da Câmara, pois estão dispostos a colaborar e a melhorar. Terá sim de se ver a questão das contrapartidas, sendo que a população irá agradecer se verem as condições melhoradas -----

A deputada **Anabela Monteiro**, manifestou algumas reservas quanto ao diploma da transferência de competências, na área da educação, relativamente ao pessoal não docente. Isto porque, hoje em dia, nalguns concelhos as próprias autarquias acabam por tapar buracos por falta de assistentes operacionais do Ministério da educação. As escolas no momento trabalham com serviços mínimos. Deu o exemplo da escola onde trabalha que tem duas funcionárias afetas à escola, pelo ministério da educação e muitas vezes é-lhes pedido que as deixe ir para a sede do agrupamento por falta de pessoal, tendo de pedia à Câmara ajuda. Por este e outros motivos tem duvidas que seja um bom negócio.-----

O deputado **João Pires**, reforçou a sua opinião, dada anteriormente achando que é bom para os Municípios. Será um desafio, podendo ser uma oportunidade e nunca será um assunto completamente encerrado. Estarmos a reclamar dinheiro ou outra coisa qualquer não fará muito sentido, pois o que é verdade hoje poderá ser negociado amanhã, uma vez que não é um processo estanque, podendo ser melhorado. Acredita que sendo uma ambição dos municípios e muitas vezes reclamaram as competências se agora há um Governo que dá um pontapé de partida tem a esperança que outros Governos irão ajustar e aperfeiçoar este modelo, não tendo duvida alguma que é uma oportunidade para os Municípios e para os Municípes.-----

O deputado **Emídio Domingues**, disse perceber o problema da deputada **Anabela Monteiro** mas, relativamente à educação, não tem duvida de que será uma mais valia apesar dos problemas que vão surgindo e da resistência do pessoal não docente que não quer fazer parte dos Quadros das Autarquias. De qualquer modo as Câmaras Municipais desde há muito se habituaram a fazer mais do



que aquilo que lhes competia, dando o exemplo dos transportes, também em termos de obras /edifícios do parque escolar. Ainda bem que a Câmaras, entendem que para pequenas reparações não tem que estar à espera do Ministério Educação para o reparar. Doravante há apenas que acompanhar outras questões decorrentes da transferência das novas competências.-----

Sobre a saúde será mais complicado pois as Câmaras, não tem experiencia em se articular com aquela área, havendo uma margem de incerteza muito grande, devendo aí as negociações serem mais duras. -----

A deputada Marta Ramos, sobre a educação acha que a maior parte das competências já são muito assumidas pelas Câmaras e bem, embora seja um novo desafio em termos da manutenção e do pessoal, que julga ser a questão mais delicada. É de aproveitar este tipo de competências pois é desafiante. É uma questão de proximidade com as entidades locais, neste caso com o Agrupamento, centro de saúde e escolas. Por outro lado, é muito importante a questão financeira, porque o Governo, de alguma forma, agilizou para melhorar os serviços prestados aos cidadãos e a área da educação que acha muito bem mas por outro lado descartou-se financeiramente do problema, com a redução de custos, tendo em conta preços de anos anteriores. Há que ter muito cuidado com a área financeira pois a Câmara também terá que permitir e agilizar os serviços Municipais para resolver a questões que vão surgindo, nomeadamente as manutenções de edifícios. O próprio pessoal auxiliar vai ser transferido e algum já tem bastante idade.-----

O Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para a questão da pressão social, que se exerce a nível de uma pequena comunidade ou de uma escala de estado. Deu o exemplo abordado da falta de aquecimento no centro de saúde. A partir do momento em que a competência for da Câmara a pressão será totalmente diferente pois o Estado fica lá longe, a autarquia fica perto sendo mais fácil culpabilizar alguém. *"Cairá o carmo e a trindade"* se alguém tiver os pés frios. A exigência face ao município será totalmente diferente se as competências forem exercidas nível central ou a nível local. Também isso deverá ser ponderado e posto na balança, caso contrário cometer-se-ão erros graves. ----

O deputado João Pires, questionou se não será melhor para os munícipes, afinal estamos aqui para defender os seus interesses, tratando-se de um desafio.-----

O Presidente da Assembleia respondeu não estarmos a colocar o assunto nessa ótica, mas sim se quem recebe tem possibilidade de satisfazer ou capacidade de responder. -----

O Presidente da Câmara, por sua vez, referiu que se vamos ter que aumentar o nível de resposta sem que haja contraprestação devida o serviço prestado será pior nalguma áreas pois os recursos são finitos, logo há que haver honestidade por parte de quem negocia, como a ANMP e diversos Ministério, no sentido de perceber que o que se pretende é prestar um melhor serviço aos cidadãos, ser mais eficiente na utilização dos recursos públicos, sem querer estar a tirar alguma vantagem ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



criar uma chantagem financeira, mas o Estado não deve fazer pressão política. Havendo condições para aceitar deve ser feita, dando exemplo de valores que constam da proposta. Acha que a proposta feita não é honesta e quer acreditar que é a base para a negociação. Ao assumirmos uma responsabilidade do Estado deve haver contrapartida honesta e a que está na mesa é desajustada, querendo acreditar que se trata de uma base de negociação. Compreende que é um momento complexo para fazer negociações, pois há muita pressão social e exigência nos vários setores. Por mais que seja a nossa vontade e interesse em aceitar as competências, devemos fazê-lo conscientes daquelas que são responsabilidades que vamos assumir e de saber as nossas capacidades ou incapacidades de poder prover o que está previsto nos diplomas, apesar de alguns não serem muito claros.

O deputado João Pires, na sequência da conversa referiu que nós temos que ter confiança nos Presidentes de Câmara, que têm seguramente mais peso democrático que os membros do Governo. Se afetar a maioria das Câmaras os Presidentes terão de ter a capacidade de alterar algumas circunstâncias. Não pode estar a desacreditar os Presidentes de Câmara.

O Presidente da Assembleia Municipal disse que não devemos ser tão "mauzinhos" para com os Presidentes de Câmara. Temos de assumir todos um bocadinho aquela que é a decisão e essa não é uma carga que demãos por em cima dos Presidentes de Câmara.

O Presidente da Câmara referiu que o Governo deverá definir uma linha igual para todos, sendo muito mau se assim não acontecer.

O Presidente da Assembleia Municipal disse que vamos ficar a pensar no assunto, dando por encerrada a discussão.

Concluída a Ordem de Trabalhos e em cumprimento do estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público. Agradeceu a presença do pessoal dos Vieiros ali presentes referindo que o assunto que pretendiam falar é um assunto de reunião de Câmara, para o qual já tiveram resposta.

De seguida deu a palavra ao senhor António Dias, de Taliscas que colocou um assunto já colocado à Presidente da Junta de freguesia. Referiu existirem dois postes de EDP entre o Portancho e o corte para as Taliscas que não têm luz, perguntando se não há possibilidade de lá colocarem um BIP. Pediu que fosse limpo um caminho florestal, acima do casalinho, que deveria ser limpo.

O Presidente Assembleia Municipal, referiu que os responsáveis presentes estão a ouvir e certamente resolverão a situação, sendo certo que é a EDP quem resolve. Também o assunto do caminho é da responsabilidade da Câmara Municipal, embora tenha gostado de o ver aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Cumpridas as formalidades, deu por terminada a sessão, encerrando os trabalhos quando eram vinte horas, depois de aprovada, por unanimidade, a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Maria Leonor dos Santos Carnoto, que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia,

(Fernando dos Santos Antunes, Dr.)

A Técnica Superior,

(Maria Leonor dos Santos Carnoto)

